

## VIII-098 – CONTROLE SOCIAL NO SANEAMENTO – PROJETO NA BACIA HIDROGRÁFICA DOS RIOS SOROCABA E MÉDIO TIETÊ

**Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas**<sup>(1)</sup>

Biomédica Sanitarista. Especialista em Promoção da Saúde pela FSP/USP. MBA em Gestão Estratégica em Meio Ambiente e Mestre em Tecnologia Ambiental pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT/SP. Coordenadora Geral da ONG Ação da Cidadania – Comitê Ibiúna/SP. Doutoranda em Educação pela Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - FEUSP.

**Pedro Roberto Jacobi**

Sociólogo e Doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo (USP). Professor Titular da Faculdade de Educação e do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental – PROCAM/IEE/USP.

**Ana Paula Fracalanza**

Professora doutora do curso de Gestão Ambiental da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH), do Programa de Pós Graduação em Ciência Ambiental do Instituto de Energia e Ambiente (PROCAM/IEE), do Programa de Pós Graduação em Mudança Social e Participação Política da EACH (PROMUSPP/EACH) da Universidade de São Paulo (USP). Socióloga e Economista, Doutora em Geografia, com Pós-Doutorado em Geografia pela Universidade de Girona, na Espanha.

**Mariana Gutierrez Arteiro da Paz**

Gestora Ambiental (SENAC). Mestre em Saúde Pública (FSP/USP). Doutora em Ciência Ambiental (PROCAM/IEE/USP). Pesquisadora do Centro de Estudos de Governança Ambiental (IEE/USP).

**Endereço**<sup>(1)</sup>: Av. São Sebastião, 192 - Centro - Ibiúna - SP - CEP: 18150-000 - Brasil - Tel: (15) 998041191 - e-mail: [cidaribas@ig.com.br](mailto:cidaribas@ig.com.br)

### RESUMO

A regulamentação da Lei 11.445/2007 definiu prazos para a implementação do controle social no saneamento (dezembro de 2014). Tal fato contribuiu para o projeto de pesquisa “Metodologias para fortalecimento do controle social na gestão em saneamento”, desenvolvido com recursos do Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA), em convênio com o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP). Foram estabelecidos critérios e selecionados municípios de menos de 50.000 habitantes nos quais estão sendo desenvolvidos os estudos de caso. Os critérios foram: dados populacionais, dados socioeconômicos, informações sobre abastecimento de água, destino e tratamento de esgoto doméstico, resíduos sólidos, óbitos por doenças de veiculação hídrica, mortalidade infantil e experiência na elaboração do Plano Municipal de Saneamento. Escolhidos os municípios de Iperó e Mairinque, nos quais vem sendo desenvolvido o projeto em questão. Nesta fase constatou-se a pertinência da proposta da pesquisa que possibilitou o engajamento da municipalidade nas questões da gestão de serviços de saneamento básico com controle social nas ações de saneamento e também de promoção da participação da comunidade em processos de gestão dos serviços de saneamento básico. Foi constatada ausência de práticas de controle social em ações de saneamento naqueles municípios. Notou-se maior envolvimento no município de Mairinque do que em Iperó, apesar da adoção de metodologias participativas para estimular diferentes atores sociais e o desenvolvimento prático de diagnósticos coletivos para a construção de agendas locais. Até o presente momento, em Mairinque, os pesquisadores acompanharam e participaram do processo de implantação do controle social, culminando com Lei Municipal nº 3192, promulgada em 16 de janeiro de 2015 que “Institui o Colegiado de Controle Social no saneamento básico no município de Mairinque e dá outras providências”. Agora em fase de constituição deste colegiado. Esta constatação, entre outras, mostra a pertinência e necessidade de fomentar a participação e mobilização visando à consolidação do controle social no saneamento, conforme os objetivos do Projeto.

**PALAVRAS-CHAVE:** Controle social, saneamento básico, aprendizagem social, bacia hidrográfica.

## **INTRODUÇÃO**

A aprovação da Política Nacional de Saneamento Básico, pela Lei 11.445/2007, representou avanços no planejamento e na gestão do setor do saneamento. Um dos aspectos introduzidos é a atuação da sociedade civil; que antes não era contemplada e, agora, com a introdução do controle social no saneamento básico como um princípio básico no setor do saneamento no Brasil, passa a ser um componente requerido.

Controle social “é um processo de participação popular na gestão das diversas políticas públicas e das instâncias estatais e governamentais. É também uma responsabilização dos gestores públicos” (CÁRITAS BRASILEIRA, 2005). A participação e a democracia passam a ser características do planejamento do setor do saneamento, inclusive no Plano Municipal de Saneamento, instrumento previsto e detalhado no Art. 19 da Lei 11.445/2007. Neste sentido, Jacobi (2009) afirma que “o fortalecimento dos mecanismos de controle de políticas setoriais amplia as possibilidades de constituição de sujeitos democráticos na interlocução com as políticas públicas, promovendo corresponsabilização” (p. 107).

A regulamentação da Lei 11.445/2007 definiu prazos para a implementação do controle social no saneamento (dezembro de 2014) e para o planejamento do setor, com a elaboração e aprovação dos Planos Municipais (dezembro de 2015). Portanto, dada importância e exigência da instituição do Plano como fruto de uma construção social coletiva (MORAES, 2009), o objetivo deste trabalho é promover a participação da comunidade em processos de gestão dos serviços de saneamento básico, em municípios pertencentes à Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê (CBH-SMT).

O presente trabalho é parte dos resultados do projeto de pesquisa “Metodologias para fortalecimento do controle social na gestão em saneamento”, coordenado pelo prof. Dr. Pedro Roberto Jacobi, e, desenvolvido com recursos do Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) em convênio com o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) - nº 2657, Edital nº01/2011.

## **MATERIAIS E MÉTODOS**

A equipe de pesquisa do GovAmb/PROCAM (Programa de Pós-Graduação em Ciência Ambiental/Instituto de Energia e Ambiente/USP) apresenta neste texto parte dos resultados de um projeto que está em desenvolvimento, cujo objetivo é contribuir para que os diferentes atores sociais e agentes governamentais aprofundem seu conhecimento sobre como ampliar os diálogos, estabelecer laços de confiança e cooperação, administrar e resolver conflitos, buscar soluções conjuntas que sejam técnica e socialmente adequadas e possam ser implementadas e promover o engajamento do maior número possível de atores que tenham compromisso com o fortalecimento do controle social na gestão do saneamento.

No início do Projeto foram estabelecidos critérios e selecionados municípios de menos de 50.000 habitantes nos quais são desenvolvidos os estudos de caso.

A seguir, apresentam-se considerações e critérios que nortearam a escolha dos municípios de Iperó e Mairinque, nos quais vem sendo desenvolvido o projeto.

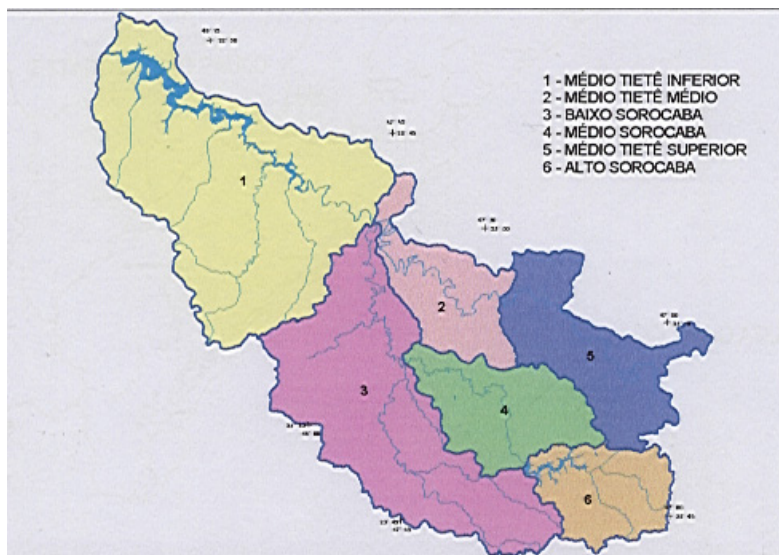
Em primeiro lugar, definiu-se desenvolver o trabalho na bacia do rio Sorocaba; por ser o maior afluente da margem esquerda do MédioTietê da Unidade de Gerenciamento dos Recursos Hídricos em estudo.

Considerou-se a Lei Federal nº 11.445 de 5 de janeiro de 2007, que estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico e a atuação da Câmara Técnica de Saneamento do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê.

Levou-se em conta que a Secretaria Estadual de Saneamento celebrou convênio com praticamente todos os municípios do Comitê Bacia Hidrográfica CBH-SMT para elaboração dos Planos de Saneamento juntamente com um Grupo Executivo Local (GEL), composto por funcionários dos diferentes setores das prefeituras dos municípios do CBH.

A bacia do rio Sorocaba, Figura 1, apresenta três regiões com as seguintes características: sub-bacia do Alto Sorocaba (6) onde predominam as atividades hortifrutigranjeiras e de produção de alimentos; sub-bacia do

Médio Sorocaba (4) onde há alta concentração urbano-industrial; e sub-bacia Baixo Sorocaba(3) na qual há atividades agrícolas e menor concentração urbano-industrial.



**Figura 1 – Sub bacias do Comitê da Bacia Hidrográfica dos rios Sorocaba e Médio Tietê**

Foi escolhida a sub-bacia do médio Sorocaba (4), considerando sua peculiaridade e dados do Plano de Bacia (2008), conforme apresentados a seguir nas Tabelas 1 a 6, definindo os municípios de Iperó e Mairinque para desenvolver o Projeto.

**Tabela 1 – Dados populacionais dos municípios de Iperó e Mairinque**

sub-bacia	município	população	pop. urb.	pop. rural	hab/km <sup>2</sup>	área km <sup>2</sup>
MÉDIO SOROCABA	Iperó	28.300	17.463	10.837	166,42	170,94
	Mairinque	43.223	34.690	8.533	206,18	209,76

Fonte: IBGE, 2010.

**Tabela 2 – Dados socioeconômicos dos municípios de Iperó e Mairinque**

sub-bacia	município	IDHM	PIB per capita (R\$)	renda per capita (SM)	ICMS ecológico 2008 (R\$)
MÉDIO SOROCABA	Iperó	0,779	10.299,08	1,46	N
	Mairinque	0,801	11.832,38	1,92	95.927,86

Fonte: IBGE, 2010.

**Tabela 3 – Informações sobre abastecimento de água subterrânea (sub) e superficial (sup) nos municípios de Iperó e Mairinque**

sub-bacia	município	manancial	operação	pop. atendida	nº ligações	Consumo <i>per capita</i> (l/hab/dia)	Perda física na rede (%)
MÉDIO SOROCABA	Iperó	sub/sup	Sabesp	12.959	4.629	121	46
	Mairinque	sub/sup	Foz do BR e Sabesp	35.039	9.124	145	37

Fonte: Plano de Bacia, 2008.

**Tabela 4 – Carga Poluidora de Origem Doméstica e corpo receptor nos municípios de Iperó e Mairinque**

sub-bacia	município	% coleta	% tratamento	Carga poluidora potencial (kg)	carga poluidora remanescente (kg)	corpo receptor
MÉDIO SOROCABA	Iperó	63	95	781	456	Rio Sorocaba
	Mairinque	78	0	2254	2254	córrego Marmeleiro

Fonte: Plano de Bacia, 2008. Carga poluidora Kg - DBO<sub>5,20</sub>/dia

**Tabela 5 – Lixo doméstico nos municípios de Iperó e Mairinque**

sub-bacia	município	Lixo (t/dia)	Coleta seletiva
MÉDIO SOROCABA	Iperó	7,3	N
	Mairinque	16,2	S

Fonte: Plano de Bacia, 2008. Legenda: S – sim, N - não

**Tabela 6 - Número de óbitos, período 1998 – 2004, por grupo de doenças de veiculação hídrica (Grupo I) e mortalidade infantil (por mil nascidos vivos)**

sub-bacia	município	Óbitos por doenças (1998 a 2004) Grupo I	mortalidade infantil (2010)	mortalidade infantil (2010) Estado SP
MÉDIO SOROCABA	Iperó	2	18,14	11,86
	Mairinque	8	10,51	11,86

Fonte: SEADE, 2010.

Também foram considerados que os municípios de Iperó e Mairinque passaram pela experiência de elaboração dos Planos Municipais de Saneamento.

Nos municípios selecionados procedeu-se um levantamento sobre os atores sociais mais relevantes e as formas de participação social nas ações de saneamento.

Foram identificados os mecanismos de controle social existentes; bem como os espaços onde ocorre a participação social nos processos de gestão dos serviços de saneamento básico (decisão do planejamento, regulação, monitoramento e gestão dos serviços públicos de saneamento básico).

O projeto baseia-se em metodologias participativas e colaborativas que favorecem a aprendizagem e o desenvolvimento prático de diagnósticos coletivos e planos de intervenção para a construção de agendas locais.

A utilização das metodologias tem como finalidade estimular os diferentes atores sociais identificados para o debate/reflexão sobre a questão do saneamento no seu município identificando, por exemplo, os recursos hídricos e as formas de abastecimento de água, bem como do esgotamento sanitário; a situação dos resíduos sólidos e ainda, os focos de vetores de doenças (áreas de risco a saúde), entre outros aspectos.

## **RESULTADOS**

Os resultados esperados pelo projeto de pesquisa “Metodologias para fortalecimento do controle social na gestão em saneamento” são: 1) oferecer subsídios às políticas públicas para o aprimoramento da gestão de serviços de saneamento básico com controle social nas ações de saneamento; 2) contribuir para a disseminação de práticas de controle social em ações de saneamento; 3) aprimorar as ações de saneamento, no sentido de considerar as necessidades da comunidade; e 4) estabelecer diálogos com as comunidades para apresentação e avaliação de resultados e elaboração de Manual de Aprendizagem Social, cartilhas e outros produtos de divulgação, voltados ao controle social no saneamento.

Após a escolha dos municípios houve contato direto com as administrações públicas apresentando a proposta e a possibilidade de parceria para o desenvolvimento da pesquisa. Tanto em Iperó como em Mairinque os pesquisadores foram recebidos por representantes do Prefeito municipal para dar andamento ao projeto, e celebrar Termo de Parceria.

Nesta fase do projeto pôde-se constatar a pertinência da proposta da pesquisa que em atender seus objetivos possibilitou o engajamento da municipalidade nas questões da gestão de serviços de saneamento básico com controle social nas ações de saneamento.

Foi constatada ausência de práticas de controle social em ações de saneamento nos municípios de Iperó e Mairinque.

Notou-se maior envolvimento no município de Mairinque do que em Iperó, apesar da adoção de metodologias participativas para estimular diferentes atores sociais e o desenvolvimento prático de diagnósticos coletivos para a construção de agendas locais.

Até o presente momento, em Mairinque, os pesquisadores acompanharam e participaram do processo de implantação do controle social, culminando com Lei Municipal nº 3192, promulgada em 16 de janeiro de 2015 que “Institui o Colegiado de Controle Social no saneamento básico no município de Mairinque e dá outras providências”. Agora em fase de constituição deste colegiado.

Em Mairinque por ocasião dos fóruns e audiência pública realizados com a população foi constatada mais um dos resultados esperados proposto pela pesquisa, o de aprimorar as ações de saneamento, no sentido de considerar as necessidades da comunidade, quando durante as reuniões os participantes, moradores dos diferentes bairros, puderam relatar as necessidades locais relacionadas à falta de saneamento básico.

Como relatado anteriormente, a pesquisa está em andamento, em fase de encerramento dos trabalhos de campo para finalização da coleta de dados, avaliação dos resultados e elaboração de Manual de Aprendizagem Social voltado ao controle social no saneamento.



## CONCLUSÕES

O Projeto possibilitou a participação da comunidade e lideranças e o conhecimento das redes de participação social envolvidas com as questões do controle social no saneamento básico.

Observou-se que nos municípios, de Iperó e Mairinque, a problemática do saneamento não é abordada de forma integrada, tanto nas diferentes áreas da gestão pública como entre os representantes da sociedade civil.

Esta constatação mostra a pertinência e necessidade de fomentar a participação e mobilização para implementar e consolidar o controle social no saneamento, conforme os objetivos do Projeto.

Como resultado dos diagnósticos participativos, foi possível conhecer os líderes e as redes de participação social, atores estratégicos na implementação do controle social na política de saneamento em nível local.

Foi pertinente a proposta do projeto “Metodologias para fortalecimento do controle social na gestão em saneamento”, desenvolvida com recursos do Programa de Pesquisa em Saúde e Saneamento da Fundação Nacional da Saúde (FUNASA) em convênio com o Instituto de Energia e Ambiente da Universidade de São Paulo (IEE/USP) pelos resultados obtidos até a presente data.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CICHOSKI C., BRANDIMARTE AL. Monitoramento Participativo dos Riachos. In: JACOBI PR (coord.). Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.
2. CAMARGO M.E. World Café: Método de Diálogo e Criação Coletiva Como Ferramenta de Educação Ambiental. In: JACOBI P.R (coord.). Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.
3. CÁRITAS BRASILEIRA. Relatório do Seminário de Intercâmbios em Políticas Públicas. Salvador, 2005
4. HARMONICOP. Public participation and the European Water Framework directive. Role of Information and Communication Tools. Work Page 3 report of the HarmoniCOP project. P. Maurel, Ed. K.U.Leuven – Centre for Organizational and Personal Psychology. 2003
5. JACOBI, PR. Gestão Democrática e Participativa. In: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília: SNSA, 2009. p. 101-113
6. JACOBI P.R, FRANCO, MIGC. Sustentabilidade, Participação e Aprendizagem Social. In: JACOBI PR (coord.). Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.
7. MORAES, LRS. Política e Plano Municipal de Saneamento Básico. In: Brasil. Ministério das Cidades. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA). Programa de Modernização do Setor de Saneamento (PMSS). Instrumentos das políticas e da gestão dos serviços públicos de saneamento básico. Brasília: SNSA, 2009. p. 31-53.
8. PAZ, MGA da. Jogo de Papéis: da Atuação ao Aprendizado. In: JACOBI PR (coord.). Aprendizagem Social: Diálogos e Ferramentas Participativas: Aprender Juntos para Cuidar da Água. São Paulo: IEE/PROCAM, 2011.